

INFORMATIVO bancário Especial BRB

f /bancariosdf | bancariosdf.com.br | Brasília, 28 de março de 2017

BANCÁRIOS DF
Filial da CUT - CONTRAF
FUNDADORES

ESTATAIS ESTADUAIS NA MIRA DO GOVERNO PRIVATISTA

As empresas estatais estaduais da área de saneamento, energia e finanças estão na mira do ilegítimo governo Temer. No projeto de lei (PLP 343/2017) enviado ao Congresso Nacional no dia 20 de fevereiro, o governo federal renova sua iniciativa de investir contra essas empresas, como condição para que os estados renegociem suas dívidas com o governo central. O projeto determina ainda medidas contra os servidores estaduais, tais como proibições de reajuste e de concursos e estabelecimento de alíquota mínima de 14% de desconto previdenciário.

Em medida semelhante votada em 2016 pelo Congresso, a Câmara retirou a necessidade de contrapartidas dos estados para a renegociação de suas dívidas, porém o governo vetou esta possibilidade, e agora envia este novo projeto. Desta vez, estabelece que as estatais estaduais a serem privatizadas devem ser da área de energia, saneamento e financeira, especificação que não constava no projeto votado pelo Congresso no ano passado.

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou, recentemente, lei que permite privatizar a Cedae, empresa de saneamento daquele estado. Esta era condição imposta pelo governo federal para que o RJ pudesse renegociar sua dívida com a União. Importante salientar que o Rio não possui banco, já privatizado no governo de Marcelo Alencar (PSDB).



No dia 22 de fevereiro, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), anunciou que encaminhará à privatização as empresas Copel e Sanepar, respectivamente de energia e água. É importante também lembrar que o Paraná, no governo de Jaime Lerner, do DEM, já privatizou seu banco, o Banestado.

Há uma pressão enorme feita pelo Ministério da Fazenda para que o governo do Rio Grande do Sul privatize o Barrisul também como condição para a renegociação da dívida daquele estado com a União.

BRB EM RISCO

Em Brasília, o permanente discurso do governador Rodrigo Rollemberg referente à crise financeira do DF, cria uma grande preocupação sobre o futuro da CEB, Caesb e BRB, pois, caso o governo local decida renegociar sua dívida com a União, certamente a privatização destas empresas será colocada como condição. O BRB é, provavelmente, a empresa que oferece ao GDF a

melhor possibilidade de retorno em função do seu valor, o que coloca sobre a instituição uma espada afiada contra seu futuro enquanto banco estadual.

Em seus dois primeiros anos de mandato, Rollemberg já enviou à Câmara Legislativa iniciativas que abrem precedentes para a privatização do BRB. No fim de 2016 foi aprovada a transferência de parte das ações do banco para o Iprev-DF (Instituto de Previdência dos Servidores do DF), primeira venda de ações do BRB em poder do GDF desde sua criação.

Diante das iniciativas do governador em usar o banco regional para tentar (e conseguir) fazer caixa para seu governo, e diante deste projeto em tramitação no Congresso Nacional, todos os bancários do BRB devem estar atentos. É óbvio que, em uma iniciativa de renegociação da dívida do DF com a União, o governo federal pressionará no sentido de privatizar o banco.

"As medidas tomadas por outros governos, tais como do

Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, nos trazem a preocupação sobre o que pode ocorrer com o BRB. Infelizmente, o viés do atual governo federal é privatizante, e contra o patrimônio público. As estatais estão em risco", alerta o diretor do Sindicato **Antonio Eustáquio**.

NA DEFESA DO BANCO

O Sindicato, que já esteve na linha de frente contra a venda do BRB em 1997, no governo Cristovam Buarque (hoje PPS), e 2008, no governo Arruda (DEM), com certeza fará o que for possível para evitar qualquer investida contra o banco, bem como contra outras estatais do DF, juntamente com outros sindicatos e a CUT e também com outros atores sociais.

O PLP 343/2017 recebeu, no dia 14, o pedido de tramitação em caráter de urgência. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), aliado de Temer, já afirmou que pretende colocá-lo em votação o mais rápido possível.

"Não basta ficar militando em redes sociais. É preciso tomar consciência da gravidade do momento pelo qual passamos. Todos os funcionários do BRB que acreditam na importância do banco público, o que esperamos que sejam todos, devem estar atentos e prontos para arregaçarem as mangas e lutarem para defender este patrimônio do povo de Brasília, que gera emprego e renda para o DF e que também é nosso empregador", conclama **Cristiano Severo**, secretário-geral do Sindicato.

BRB FECHA AGÊNCIAS SUPERAVITÁRIAS COM O ARGUMENTO DE CONTER GASTOS

O BRB encerrará as atividades de duas agências no final deste mês, de acordo com informações do próprio banco. As unidades a serem desativadas são as SindiSIA e Conic. Surgiram rumores de que a agência Shopping Popular também seria fechada, porém não houve confirmação.

Segundo o banco, a medida visa a racionalização de gastos e maior eficiência, para acabar com a superposição que ocorre com estas unidades.

A argumentação do BRB é de que tais agências são desnecessárias, pois se localizam muito próximas de outras que têm estrutura maior, o que permite a absorção das carteiras destas. Para o banco, a agência SIA pode absorver a SindiSIA, e a Conic pode ser absorvida tanto pela agência Central quanto pela Conjunto Nacional. Ainda sobre a agência Conic, o banco cita a proximidade da agência SCS.



O banco afirmou que não se trata de medida sistemática de fechamento de unidades, tal como está ocorrendo no Banco do Brasil, mas sim pontual e que atingirá apenas estas agências.

QUESTIONAMENTOS

O Sindicato questiona estes fechamentos, pois as agências SindiSIA e Conic, embora estejam localizadas perto de outras unidades do BRB, são superavitárias e cumprem suas metas.

Outro aspecto estranho, e que chama a atenção, é que nestas unidades ocorreu algo que é absolutamente incom-

patível e atenta contra o bom senso e as boas práticas administrativas: o banco realizou investimentos em ambas.

Na agência SindiSIA, aconteceram reformas recentemente. Ela também foi piloto na instalação dos novos caixas automáticos. Ou seja, dinheiro desperdiçado, visto que o banco estudava seu fechamento.

Na agência Conic, onde também foram instalados os novos caixas automáticos, o aluguel vai até 2018. No caso de fechamento, provavelmente, o banco terá de pagar multa pelo rompimento do contrato de aluguel.

“É incongruente uma administração que realiza investimentos em agências para depois fechá-las. Talvez o BRB seja a única empresa que faz uma coisa destas. E pior, em um ambiente em que o discurso, quando se trata de pessoal, é de que é imperioso apertar o cinto e cortar custos. Com este comportamento, este discurso não se sustenta”, critica o diretor do Sindicato e funcionário do BRB Daniel de Oliveira.

FUNCIONÁRIOS

O Sindicato está cobrando do banco respeito aos funcionários destas unidades. Primeiro que eles sejam alocados em agências próximas às suas residências. Também reivindica que nenhum trabalhador seja prejudicado financeiramente com os encerramentos das unidades, de forma que todos aqueles que sejam caixas, orientadores ou comissionados, continuem com suas funções e atividades gratificadas em suas novas lotações.

ALTERAÇÕES NO CONSAD E NA DIRETORIA DO BANCO

Recentemente, ocorreram alterações na alta administração do banco. Entre elas, o membro do Conselho de Administração do BRB (Consad), Ricardo Leal, renunciou ao mandato. Segundo sites noticiosos do DF, a saída dele estaria vinculada à possível citação de seu nome em delações relacionadas à operação Lava Jato.

Desde o início do governo Rollemberg, circulam no BRB e em diversos sites e blogs do DF, informações de que Leal seria a eminência parda dentro do banco, sendo responsável por inúmeras indicações no conglomerado. Importante ressaltar que ele foi arrecadador de

campanha do governador.

Com a saída de Ricardo Leal, o Sindicato espera que o BRB se livre desta sombra que tem sido a presença dele no banco, e que a diretoria tenha liberdade de ação para gerir a instituição, sem a presença incômoda de personagem tão controverso quanto ele.

DANÇA DAS CADEIRAS

Também houve remanejamentos nas diretorias do banco, como a de Gestão de Pessoas e Administração, cuja titularidade deixa de ser de Cristiane Bukowitz e passa para Kátia do Carmo. Cristiane, por sua vez, vai para a diretoria de Crédito, de onde saiu Dario

Oswaldo, que foi para a diretoria de Rede.

O Sindicato torce para que estas alterações deem mais eficiência ao banco, propiciando uma gestão que persiga o crescimento, invertendo o papel de buscar resultado principalmente pela redução de despesas de pessoal.

E espera que a nova diretora de Pessoal intensifique o diálogo com os funcionários através do Sindicato, tenha sensibilidade para as demandas do conjunto de trabalhadores do BRB, e que sua gestão seja construtiva no sentido de efetivamente tornar os trabalhadores o principal ativo do banco.

SINDICATO SE REÚNE COM A NOVA DIRETORA DE PESSOAL

Após a mudança na diretoria de Pessoal do BRB, o Sindicato se reuniu, no dia 13 de março, com a nova titular, Kátia do Carmo, a fim de, institucionalmente, ter um primeiro contato com a executiva que antes estava à frente da diretoria de Rede.

Na reunião, o Sindicato manifestou o desejo de uma gestão próspera, que produza bons frutos para a instituição e para as pessoas. O diretor do Sindicato Daniel de Oliveira ressaltou a importância do encontro e da disposição em dialogar sobre as questões do banco e de seus funcionários. E destacou que qualquer planejamento que objetive o crescimento e perenidade da instituição deve necessariamente envolver, de forma respeitosa, seu corpo funcional, valorizando-o em todos os sentidos.

Ao apresentar as questões pendentes de soluções, os di-



rigentes sindicais informaram que o BRB está descumprindo sentença judicial que determinou a revogação da resolução que impedia as substituições e desse cabo ao cumprimento da mesma. Quanto a isso, a diretora Kátia afirmou que fará um levantamento por parte da área de Rede, e disse que resolverá a questão.

André Nepomuceno, secretário de Bancos Públicos da Fetec-CUT/CN, solicitou uma posição decisiva com relação ao GT SAAN, e também quan-

to ao fechamento das agências SindSia e Setor de Diversões Sul, reivindicando que nenhum funcionário sofra perda salarial. O banco acenou que atenderá o pleito do Sindicato.

DENÚNCIAS

O Sindicato tem recebido denúncias de descomissionamentos que, "coincidentemente", têm recaído sobre pessoas que ingressaram com ação judicial contra o BRB. Na reunião, a entidade declarou que não admitirá isso. Cida Sousa, diretora

da Fetec-CUT/CN, alertou que qualquer atitude do banco que caracterize retaliação ao direito de ação deve ser denunciada ao Sindicato, para que este possa tomar as providências jurídicas cabíveis.

Na reunião também foi solicitada posição do BRB no tocante aos rumores de uma nova reestruturação que, conforme comentários no próprio banco, estaria prestes a ocorrer. A diretora Kátia garantiu que não há nenhuma reestruturação de pessoal planejada para este momento.

Para **Cristiano Severo**, secretário-geral do Sindicato, o banco deve exercitar uma comunicação transparente com seus funcionários, "informando os passos da instituição e o que motiva estes passos, a fim de não gerar aflições desnecessárias e trazer a segurança de que a instituição sabe por onde está caminhando".

SINDICATO GANHA AÇÃO CONTRA RESOLUÇÃO QUE PROÍBE SUBSTITUIÇÕES

Os bancários tiveram ganho de causa em primeira instância na ação coletiva movida pelo Sindicato contra uma norma interna do BRB que suspendeu o pagamento das substituições inferiores a 30 dias. A justiça determina que o banco passe a remunerar as substituições não eventuais, inclusive decorrentes de férias. Somente os atrasados ficarão para a execução após a sentença ser confirmada em grau de recursos.

O prazo para cumprimento da sentença é de 30 dias, sob pena de multa diária equivalente a R\$ 2.000,00.

A sentença é da juíza Noêmia Garcia Porto, titular da 1ª Vara do Trabalho, que acolheu os fundamentos apresentados pelo Sindicato, por entender que os serviços do trabalhador

ausente precisam ser executados e que a norma apenas prevê que o substituto nada receberá pela substituição, o que é considerado inaceitável.

Para o secretário geral do Sindicato e funcionário do BRB, **Cristiano Severo**, "a sentença confirma a injustiça imposta pela Resolução do banco que impediu as substituições, forçando por vezes o acúmulo exacerbado de trabalho por parte de alguns e o desvio de função por parte de outros". E adverte: "Não se pode exigir de um funcionário que ele execute uma função sem ser remunerado para isso".

Cida de Oliveira, diretora da Fetec-CUT/CN e bancária do BRB, complementa: "Uma vez que há sentença contrária à Resolução do banco que impedia a substituição, pedimos que

as negativas de substituição sejam denunciadas ao Sindicato".

RESOLUÇÃO ILEGAL

A Resolução APES 2.001/2015 do BRB, considerada ilegal pela 1ª Vara do Trabalho, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, suspendendo as substituições motivadas por quaisquer afastamentos, inclusive nas férias, causando à época grande impacto tanto na Direção Geral quanto nas agências do banco.

De acordo com a assessoria jurídica do Sindicato, a resolução viola a dignidade da pessoa humana e ofende os princípios constitucionais da valorização do trabalho, da remuneração igual para igual trabalho, sendo uma declaração pública de um propósito ilícito.

Trecho da sentença desta-

ca: "Não há nenhum argumento jurídico que possa respaldar uma estratégia de gestão que exige dos empregados a manutenção, em dia e a contento, das demandas e serviços das unidades, mesmo nas hipóteses de redução de pessoal, por exemplo, em razão do gozo de férias, alterando-se regra anterior em que as substituições eram formalizadas e pagas para uma realidade de substituição sem pagamento e que depende, caso a caso, de autorização discricionária."

Importante destacar ainda que a sentença é retroativa a 1º de janeiro de 2016, inclusive as substituições ocorridas desde aquela data e não pagas, podem ser cobradas. Entre em contato com o Sindicato caso você se encontre nesta situação.

NA LUTA EM DEFESA DO BANRISUL PÚBLICO

O Sindicato participou da Assembleia Nacional em Defesa do Banrisul Público, no sábado (18), em Porto Alegre (RS), para fortalecer a luta em defesa do banco gaúcho que está no foco privatista do governo estadual e do governo ilegítimo de Temer. A mobilização dos banrisulenses contribuiu para agregar experiência à incessante batalha na proteção dos bancos públicos, especialmente os regionais – caso do BRB.

O presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, e os diretores



Cristiano Severo e Daniel de Oliveira estiverem presentes no evento. Os dois diretores chegaram um dia antes e, juntamente com diretores do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, visitaram agências do banco para conversar com os bancários, se inteirarem do processo pelo qual eles estão passando e jun-

tar forças para, se for o caso, fazer o enfrentamento em Brasília.

Em sua fala à plenária, Eduardo Araújo disse que não se pode deixar governos que são passageiros causar danos permanentes à sociedade e aos trabalhadores.

Cristiano Severo destacou que as informações sobre os projetos que prejudicam os tra-

balhadores e a sociedade são abundantes, disseminadas por diversos meios. *“Porém, apenas deter a informação já não basta. Todos nós devemos protestar e nos fazer presentes para nos opormos e derrotarmos toda essa leva de projetos encomendados para enriquecer poucos e destruir muitos”*, ressaltou Cristiano.

Para **Daniel de Oliveira**, *“inicia-se um processo permanente de enfrentamento e luta pela perenidade das instituições financeiras públicas”*. Em bancariosdf.com.br você confere a matéria na íntegra.

BRB REALIZARÁ ELEIÇÃO ENTRE OS FUNCIONÁRIOS ATIVOS PARA O CONSAD

O Sindicato empreendeu desde 2013 uma árdua luta para que o BRB alterasse seu estatuto a fim de permitir a eleição de um funcionário para compor o Conselho de Administração do banco. Todos os empregados das empresas estatais federais já possuem desde 2011 este direito, fruto da lei 12.353, proposta pelo ex presidente Lula, aprovada pelo Congresso Nacional, e sancionada pela presidenta Dilma. Em 2013, em função de uma forte intervenção do Sindicato na Câmara Legislativa do DF, e contando com o apoio fundamental dos deputados distritais Chico Leite (REDE) e

Chico Vigilante (PT), foi aprovado o projeto que determina a eleição de um funcionário para o conselho de administração das estatais do DF, o que abrange o BRB. O estatuto do BRB, prevendo esta eleição, só foi alterado já em 2015, e desde agosto daquele ano, após chancela do Banco Central, esta previsão tornou-se obrigatória pelo estatuto.

O banco sempre negligenciou este assunto. Agora no início de 2017, o Sindicato ajuizou uma ação contra o BRB para obrigar o banco a cumprir o estatuto e assegurar a eleição de um funcionário para o Consad.

Em fevereiro de 2017, o banco enviou

ofício solicitando ao Sindicato que indicasse um membro para compor comissão eleitoral para conduzir o processo de eleição. O Sindicato acredita que a atitude do banco, que é correta, tenha sido determinada pela ação interposta (ainda não julgada).

O fundamental é que, enfim, os funcionários ativos poderão eleger um representante para o Consad. Este funcionário também deve ser ativo, conforme consta no estatuto. O representante deve ter compromisso com empregados e independência. Leia mais em bancariosdf.com.br.

INTERNALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO DA BRBCARD GERA PREOCUPAÇÃO

Há uma forte discussão interna no BRB, afirmando que está em processo de internalização, por parte do banco, a operação de crédito dos cartões de crédito emitidos pelo banco. Esta operação, caso seja concretizada, significa um duro golpe na empresa BRBCARD (antiga

Cartão BRB), pois significa tirar daquela empresa o “filé” de seu negócio, responsável principal pelos lucros da BRBCARD, atual responsável pela operação crédito dos cartões.

Em uma visão superficial, isto não pareceria algo importante para os funcionários do BRB, não

fosse um importante detalhe: a BRBCARD é uma coligada do BRB que tem como acionista a Associação dos Empregados do BRB (AEBRB), dona de 30% da empresa. A AEBRB, que pertence aos funcionários do banco, é responsável pelo custeio de 25% das despesas da Saúde BRB.

Diante disso, o Sindicato dos Bancários enviou ofício ao presidente do BRB, Vasco Gonçalves, e ao presidente do Conselho Deliberativo da AEBRB, Wendell Castro, solicitando informações mais detalhadas sobre a questão.

Leia mais no portal do Sindicato.